



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

**CO-RELAÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO DE UM PASSIVO CONTINGENTE NO
DESEMPENHO FUTURO DOS BANCOS.**

Igor Xavier Pedreiro Guiotti

Brasília - DF

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Sônia Nair Bão
Vice-Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenadora de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

IGOR XAVIER PEDREIRO GUIOTTI

**CO-RELAÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO DE UM PASSIVO CONTINGENTE NO
DESEMPENHO FUTURO DOS BANCOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade da Universidade
de Brasília como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Rildo e Silva

Brasília - DF

2016

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

IGOR XAVIER PEDREIRO GUIOTTI

**CO-RELAÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO DE UM PASSIVO CONTINGENTE NO
DESEMPENHO FUTURO DOS BANCOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Rildo e Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Rildo e Silva– Orientador
CCA/FACE/UnB

Prof. Msc. Marcelo Driemeyer Wilber – Membro

Brasília, _____ de _____ de 2016.

RESUMO

Este trabalho discorre sobre provisões no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em especial, sobre os 10 maiores bancos em passivo exigível atuantes no Brasil. O estudo irá discorrer sobre a emissão da Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25. O presente estudo tem como objetivo principal verificar se existe alguma relação entre a contabilização de despesa de provisão para contingência com o desempenho econômico futuro em instituições financeiras, e especificamente, identificar a relação entre as provisões com o fluxo de caixa subsequente, ou seja, qual a distância temporal em semestres entre o registro contábil da despesa e o efeito na conta dos bancos. A pesquisa demandou o estudo de 120 notas explicativas a partir do final do exercício de 2010, por ser o primeiro período já com obrigatoriedade do CPC 25 sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. Foram utilizadas equações para testar a relação entre as variáveis de regressão, elaborando funções matemáticas que buscam descrever o comportamento das variáveis estudadas. Os resultados encontrados demonstram que parte da despesa de provisão realizada no semestre afeta o fluxo de caixa operacional dos bancos. Foi indicativo de que o registro da despesa com passivo contingente afeta o fluxo de caixa operacional dos bancos nos próximos 2 semestres após sua contabilização. Conclui-se que parte da provisão registrada é paga no mesmo semestre e outra parte é paga após 1 ano de sua contabilização. Também encontrou-se relação entre a variação do saldo da provisão para contingência com o fluxo de caixa futuro das instituições financeiras. Por outro lado, quando comparado variação do saldo de provisão para contingência com o resultado operacional das entidades, não identificamos nenhuma relação.

Palavras-chave: Passivos contingentes. Fluxo de caixa operacional. Resultado operacional.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação e tratamento contábil dos passivos contingentes.....	14
Quadro 2 – Amostra das instituições financeiras	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados Equação 1: $\mathbf{FCO}_{is0} = a_0 + a_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (1)	24
Tabela 2 - Resultados Equação 2 com $t(0)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = g_0 + g_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (2).....	25
Tabela 3 - Resultados Equação 2 com $t(1)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = g_0 + g_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (2).....	25
Tabela 4 - Resultados Equação 2 com $t(2)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = g_0 + g_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (2).....	25
Tabela 5 - Resultados Equação 2 com $t(3)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = g_0 + g_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (2).....	25
Tabela 6 - Resultados Equação 3: $\mathbf{FCO}_{is0} = b_0 + b_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (3)	26
Tabela 7 - Resultados Equação 4 com $t(0)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = h_0 + h_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (4).....	27
Tabela 8 - Resultados Equação 4 com $t(1)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = h_0 + h_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (4).....	27
Tabela 9 - Resultados Equação 4 com $t(2)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = h_0 + h_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (4).....	27
Tabela 10 - Resultados Equação 4 com $t(3)$: $\mathbf{FCO}_{is+t(x)} = h_0 + h_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (4).....	27
Tabela 11 - Resultados Equação 5: $\mathbf{ROP}_{is0} = d_0 + d_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (5)	28
Tabela 12 - Resultados Equação 6 com $t(0)$: $\mathbf{ROP}_{is+t(x)} = j_0 + j_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (6).....	29
Tabela 13 - Resultados Equação 6 com $t(1)$: $\mathbf{ROP}_{is+t(x)} = j_0 + j_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (6).....	29
Tabela 14 - Resultados Equação 6 com $t(2)$: $\mathbf{ROP}_{is+t(x)} = j_0 + j_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (6).....	29
Tabela 15 - Resultados Equação 6 com $t(3)$: $\mathbf{ROP}_{is+t(x)} = j_0 + j_1 \mathbf{DP}_{is0} + \epsilon_s$ (6).....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização	8
1.2 Problema	10
1.3 Objetivo.....	10
1.4 Justificativas e contribuições esperadas.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Passivos Contingentes	12
2.2 <i>Accruals</i>	16
2.3 Fluxo de Caixa Operacional.....	18
2.4 Resultado Operacional.....	18
3 METODOLOGIA	20
4 ANÁLISE DOS DADOS	24
4.1 Apresentação e discussão da relação de Despesa de Provisão com o Fluxo de Caixa Operacional.	24
4.1.1 Equação 1:	24
4.1.2 Equação 2:	24
4.2 Apresentação e discussão da relação de Variação de Saldo da Provisão com o Fluxo de Caixa Operacional.	26
4.2.1 Equação 3:	26
4.2.2 Equação 4:	26
4.3 Apresentação e discussão da relação de Variação de Saldo da Provisão com o Resultado Operacional do Semestre.	28
4.3.1 Equação 5:	28
4.3.2 Equação 6:	28
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICES	37

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A pretensão de buscar uma única contabilidade mundial se dá pela convergência às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board” (FIPECAFI, 2010, p.15).

As Demonstrações Contábeis são elaboradas com o intuito de fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários em geral. Essas demonstrações contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma empresa. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui, frequentemente, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, demonstração do valor adicionado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante das demonstrações contábeis.

Com isso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC define o objetivo das demonstrações contábeis como sendo:

Fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.(CPC 2008, p.7)

De acordo com Silva (2006), o desempenho das instituições financeiras pode ser obtido pelo fluxo de caixa e pelo resultado. Um dos componentes do resultado é a provisão, em especial as relativas a passivos contingentes, as quais afetam ao longo do tempo o fluxo de caixa. Nessa perspectiva, Iudícibus et al. (2006) evidencia a intenção de proporcionar ao usuário da informação o desempenho financeiro da empresa, assim como, inferir sobre suas tendências futuras.

São inúmeras as partes interessadas nas informações relacionadas a provisões e passivos contingentes, assim como outros elementos das demonstrações contábeis.

Segundo Niyama e Silva (2014) é possível destacar acionistas, investidores, financiadores, administradores, empregados, fornecedores, clientes, governo, órgãos reguladores e de arrecadação tributária como usuários das informações contábeis.

Analisando através da perspectiva dos acionistas, investidores e financiadores de forma geral, o aperfeiçoamento do processo de provisionamento é fundamental para que se embasem nas demonstrações contábeis para avaliar o risco de seu investimento ou capital. Sendo um dos componentes, as provisões de processos judiciais são informações essenciais para avaliar a situação patrimonial da companhia. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, existem cerca de 105 milhões de processos judiciais ativos no Brasil, além de processos administrativos na Secretaria da Receita Federal do Brasil e Fazendas Estaduais e Municipais (GOIS, 2015).

Knoblauch (2010) em seu estudo acerca da evidenciação das contingências nas maiores empresas do Brasil, afirma que as contingências relacionadas a ações judiciais impactam notavelmente as companhias nacionais, conseguindo até mesmo superar o valor do seu patrimônio líquido. Com o intuito de demonstrar o grau de importância do contingenciamento que deve ser provisionado no país, o Conselho Nacional de Justiça (2014) mensurou que as organizações brasileiras precisariam registrar como passivos contingentes cerca de R\$ 1,3 a R\$ 2,6 trilhões (CONTMATIC, 2014). Consequentemente, é possível afirmar que os passivos contingentes devem ser tratados com bastante precaução e prudência no Brasil. As instituições financeiras também possuem elevado nível de provisões, conforme pode-se observar em suas demonstrações contábeis.

O assunto de provisionamento e qual seria o seu impacto futuro nas empresas, é regulado pelo Pronunciamento Técnico nº. 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que se tornou obrigatório para as sociedades anônimas abertas por meio da Deliberação CVM nº. 594, de 15 de setembro de 2009. Vale a pena ressaltar que o Conselho Federal de Contabilidade reapresentou aquela norma, por meio da Resolução CFC de nº. 1.180, de agosto de 2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBG) de n.º. 25 (“NBG-TG 25”). O CPC-25/2009 trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e é fundamentado pelo IAS 37 (*International Accounting Standard nº 37*) do *International Accounting Standard Board (IASB)*. O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis traduziu a IAS 37, emitindo o pronunciamento técnico 25, relativo a Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passou a ser obrigatório pelas instituições financeiras a partir da aprovação pelo BACEN da resolução nº 3.823 de 2009.

1.2 Problema

Diante do exposto e considerando o período de vigência do CPC 25 a partir do ano de 2010, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Existe alguma relação entre uma contabilização de despesa de provisão para contingência com o desempenho econômico futuro nas instituições financeiras? É possível estimar em quanto tempo afetará o fluxo de caixa operacional ou o resultado operacional da companhia?

1.3 Objetivo

O objetivo geral desse estudo é verificar se existe alguma relação entre a contabilização de despesa de provisão para contingência com o desempenho econômico futuro em instituições financeiras.

O objetivo específico tem como fundamento examinar se é possível estimar em quanto tempo essa contabilização afetará o fluxo de caixa operacional ou o resultado operacional da companhia. Foi preferível realizar a pesquisa nas notas explicativas a partir do final do exercício de 2010, por ser o primeiro período já com obrigatoriedade do CPC 25 sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

1.4 Justificativas e contribuições esperadas

As demonstrações contábeis são realizadas e apresentadas com o intuito de fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários externos em geral. Com isso é importante ressaltar que devem ser divulgados todas as obrigações e exigibilidades da entidade, assim como os critérios e parâmetros utilizado para mensuração e reconhecimento desses passivos.

Sendo assim, é imprescindível a divulgação das provisões e contingências passivas de uma entidade, tendo em vista que é algo necessário para o usuário da informação mensurar e reconhecer os possíveis riscos a qual a entidade está submetida.

A partir dos resultados, espera-se que o usuário da informação contábil possa ter o ponto de partida para avaliar o impacto no fluxo de caixa e no resultado operacional da empresa após uma contabilização de passivo contingente.

Este trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos. O primeiro refere-se à introdução e o segundo, à revisão bibliográfica sobre o tema. O terceiro refere-se à metodologia de pesquisa utilizada no trabalho e o quarto capítulo à análise dos dados da pesquisa. Finalizando, o último capítulo refere-se à conclusão e ao final serão demonstrados alguns anexos com os dados utilizados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Passivos Contingentes

O passivo corresponde à uma obrigação presente de uma entidade, originário de eventos passados e cuja liquidação demandará sacrifício de benefícios econômicos futuros (IUDÍCIBUS, 2009). Em conformidade com a Lei 6.404/76 (Art. 180), os passivos devem ser classificados como “passivo circulante”, quando vencerem no ano subsequente, e “passivo não circulante”, quando vencerem em prazo superior. É importante ressaltar também que a lei societária afirma que quando o ciclo operacional da entidade tiver duração maior que o exercício social, a classificação terá como base o prazo desse ciclo.

Segundo Niyama e Silva (2013) as características do que é um passivo deve ser conveniente com o divulgado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). De acordo com eles, existem três elementos imprescindíveis sempre presentes nos passivos:

- a) ser uma obrigação atual da entidade;
- b) resultante de eventos passados;
- c) cuja liquidação implicará no desembolso de benefícios econômicos.

Conforme conceito apresentado por Marion (2009), o passivo também pode ser conhecido como exigibilidade e é constituído por uma obrigação no momento em que ocorre a avaliação da entidade, sendo esta obrigação uma responsabilidade de agir ou de cumprir algo. Sá (2008), por sua vez, afirma que o passivo representa a quantidade do patrimônio destinada à terceiros que serviu como origem para a construção patrimonial da empresa.

Silva (2012) assegura que a existência do passivo está conectada a uma obrigação presente. Além disso, de acordo com Silva, a obrigação surge no momento da entrega do ativo ou da formalização de um contrato definitivo para a aquisição de ativos, tratando-se de real compromisso com um desembolso futuro.

Contudo, conforme Iudicibus (2009), os contadores podem registrar exigibilidades ainda que, conceitualmente, não foram cumpridos todos os requisitos do passivo, dependendo somente da conveniência ou necessidade compreendida pelo profissional responsável. Dessa forma, pode-se afirmar que a caracterização dos passivos nem sempre é um serviço inteligível.

Precisamente, Iudicibus (2009, p.141, grifos do autor) afirma: “O problema principal do passivo não reside em sua mensuração, mas em quando reconhece-lo e registrá-lo”.

O principal exemplo de passivo a ser registrado quando não retratado todos os pressupostos para seu reconhecimento são os passivos contingentes. O fato é que, eventualmente, essas obrigações apresentam elementos de incerteza, seja por seu real valor ou por sua estimativa quanto a data de liquidação, qualificando nesse caso uma contingência. O CPC 25/2009 (p.3) afirma que “a provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos cuja saída de recursos futuros é considerada provável”. Um passivo contingente, por outro lado, seria uma “saída de recursos possível, mas não provável” (IUDÍCIBUS, 2010, p. 336).

O conceito de contingência pode ser descrito como uma ação ou situação imprevista, ou seja, é a possibilidade de que algo se realize ou não. Na área contábil, segundo a definição do *Financial Accounting Standards Board (FASB)* nº 5 (1975), a contingência é um conjunto de circunstâncias relativas a ganhos ou perdas para a empresa que terá sua elucidação a partir de determinado momento futuro.

Segundo Farias (2004) a definição geral de contingência aplica-se não só para o passivo como também para o ativo sendo que a “situação existente” ou “circunstância, envolvendo incertezas” relaciona-se a um fato já ocorrido que gerou um passivo, para o qual há indefinições que serão resolvidas por um evento futuro. Porém, conforme Farias, não é o acontecimento futuro que ocasiona o passivo contingente e sim o evento passado que será sempre ponto de referência na elucidação das incertezas existentes. Já o conceito apresentado por Iudicibus (2009) define os passivos contingentes como obrigações cujo surgimento depende da ocorrência de um evento futuro.

Hendriksen e Breda (2009, p. 288) conceituam os passivos contingentes, como sendo:

um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma probabilidade de ocorrência.(Hendriksen e Breda, 2009, p.288)

O pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado na Deliberação da CVM de nº. 594, de 15 de setembro de 2009, é a principal diretriz e norma no Brasil que estabelece os critérios apropriados para os passivos contingentes. De acordo com o CPC 25 (item 10), os passivos contingentes são definidos como sendo:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade (CPC, 2009, p.4)

O principal objetivo do CPC 25 é demonstrar os critérios que devem ser aplicados no reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ativos contingentes. Segundo o CPC 25, os riscos e incertezas que se apresentam em torno de muitos eventos e situações devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão. Com isso, a principal estratégia apresentada pelo pronunciamento é a realização de avaliações periódicas desses passivos, e se necessário deve ser feita uma reclassificação desse passivo contingente. Conforme exposto no quadro 1 abaixo, existem três tipos de classificação da probabilidade de um passivo contingente: provável, possível e remota.

Quadro 1. Classificação e tratamento contábil dos passivos contingentes

Probabilidade de Ocorrência	Tratamento
Provável	Se mensurável com suficiente segurança, a provisão é reconhecida e deve ser divulgada nas demonstrações contábeis.
Possível	Nenhuma provisão é reconhecida, porém o passivo contingente deve ser divulgado.
Remota	Nenhuma provisão é reconhecida e nada deverá ser divulgado.

Fonte: Iudícibus (2010), adaptado pelo autor

No que se refere a probabilidade de ocorrência, o CPC 25/2009 esclarece que uma contingência será considerada provável quando a possibilidade de saída de recursos “for mais provável que sim do que não ocorrer”. Ao mesmo tempo que será considerada possível quando a probabilidade de não ocorrência do evento for maior do que sua probabilidade de ocorrência. E terá uma classificação remota quando a probabilidade da ocorrência for considerada praticamente nula.

Segundo Nannini e Salotti (2009), as provisões têm por base uma essência contingente, não só pela imprevisibilidade de desembolso como também qual o valor que será desembolsado futuramente. Com isso é importante ressaltar que pelo fato de possuírem estimativas confiáveis e expectativas de perda provável elas são reconhecidas contabilmente.

Em síntese, Larriba Diaz-Zorita (2007) corrobora que provisão é um passivo incerto no que diz respeito à quantia ou data de vencimento de um compromisso certo, à medida que contingência é uma exigibilidade que ainda será confirmada por um evento futuro. No geral, de acordo com o CPC 25, todas as provisões são contingentes porquê são incertas quanto ao seu prazo e valor. De outro ponto de vista, Niyama e Silva (2013) fortalecem a ideia de que a contingencia não pode ser confundida com uma estimativa, afirmando que o passivo contingente pode ser consequência de uma estimativa, no entanto as estimativas não podem ser consideradas passivos contingentes.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis individualizou as informações necessárias e obrigatórias que devem ser realizadas em relação às provisões e aos passivos contingentes divulgados. No que se refere às provisões, o CPC dividiu em duas as regras de divulgação, sendo a primeira relacionada às provisões em si, e a segunda às variações ocorridas durante o período, entre uma e outra demonstração financeira. Em referência às provisões em si, o CPC 25 estabeleceu que da divulgação de provisões deverá constar:

- (i) Breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de recursos resultantes;
- (ii) Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros; e
- (iii) O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

Em relação às variações realizadas durante o período, estabeleceu que da divulgação deverá constar:

- (i) Valor contábil ao início e ao fim do período;
- (ii) Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos em provisões existentes;
- (iii) Valores utilizados durante o período, ou seja, incorridos e baixados contra as provisões;
- (iv) Os valores revertidos durante o período;
- (v) O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Segundo a pesquisa de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013), a evidenciação dos passivos contingentes em notas explicativas intensifica a transparência no mercado, uma vez que caso ocorram modificações nos julgamentos e a organização venha a incorrer perdas ou ganhos em processos judiciais, seus usuários já estarão conscientes de tal acontecimento. Conforme Santos

(2011), é imprescindível a divulgação dos passivos contingentes não só no ambiente privado como também no público, tendo em vista que a não exposição dos passivos contingentes favorece riscos e acabam influenciado desfavoravelmente a condição financeira das empresas.

Neste cenário, Rosa (2014) relata que o prognóstico de uma contingência pode ocasionar em informações que desvirtuam a realidade da organização, desvalorizando a credibilidade das demonstrações financeiras e consequentemente a percepção dos usuários das informações. Por conseguinte, conforme Suer (2014), o CPC 25 proíbe a manipulação de passivos contingentes com o intuito de alterar o lucro fidedigno no presente com o intuito de reconhecer lucros superiores no futuro. Desse modo, a evidenciação clara de um passivo contingente favorece a qualidade da informação contábil, proporcionando uma maior confiança aos usuários das informações contábeis.

2.2 Accruals

A expressão *accrual* vem do inglês e tem como origem o verbo *to accrue* que pode ser traduzido como aumento decorrente de crescimento natural. Segundo Souza (2013), os *accruals* são elementos relacionados as escolhas contábeis que provocam modificações no resultado do período sem a real participação dos fluxos de caixa em função do regime de competência das entidades. Conforme Colauto e Beuren (2006), o termo *accruals* é caracterizado por retratar princípios do resultado que apesar de já terem sido efetivados pelo regime de caixa, ainda não se referem ao período de apuração ou regime de competência. Martinez (2001) conceitua *accruals* como as contas de resultado que compõe a apuração do lucro sem implicar em movimentação de disponibilidades financeiras.

De acordo com Dechow, Khimich e Sloan (2011) *accruals* podem ser descritos como a parte do lucro idealizada pelos contadores tendo como fundamento as mudanças nos ativos. Em outro estudo, Dechow e Dichev (2002) afirmam que os *accruals* contribuem para regular os problemas das diferenças intertemporais tendo em vista que as entidades possuem particularidades em suas movimentações de caixa. Desse modo, pode-se afirmar que os *accruals* são indispensáveis para registrar exigibilidades e expectativas que até o momento não aconteceram e, consequentemente, não seriam analisadas pelo fluxo de caixa.

Stickney e Weil (2001, p. 791), explicam que o termo *accrual* está conectado ao reconhecimento de despesa ou receita, e consequentemente, ao passivo ou ativo, em virtude de um fator contábil. Em síntese, Glautier e Underdown (1976) esclarecem que a concepção de *accruals* pode ser compreendido ao se fazer a distinção entre o recebimento de caixa e o direito

de recebimento de caixa. Com isso, pode-se afirmar que a eventualidade do exame não se relaciona com a entrada ou saída de caixa. Um exemplo didático seria que no final de determinado período, reconhece-se uma receita ou despesa de juros, independentemente dos juros terem sido recebidos ou pagos.

Algumas pesquisas como de Dechow (1994) e Dechow, Kothari e Watts (1998) demonstram a relevância dos *accruals* para a qualidade da informação contábil, demonstrando que o Lucro é uma ponderação de performance da firma superior ao Fluxo de Caixa realizado. Bowen, Burgstahler e Daley (1987) complementa reiterando que as informações baseadas nos *accruals* contém uma maior capacidade de interpretação se assemelhar com as informações que estão compreendidas nos Fluxos de Caixa. Conforme Oliveira e Nogueira (2012) uma das formas de manipulação de resultados é a informação dos *Accruals*. Segundo o autor os *Accruals* são suscetíveis a manipulação pois por meio deles é possível superestimar os lucros da empresa, fazendo com que os investidores se aninem com o progresso da empresa.

Os *accruals*, conforme Chan et al. (2001), baseiam-se no fato de que nas estimativas há informações quanto ao desempenho operacional da empresa; como, por exemplo, as mudanças de critérios contábeis, diferentes métodos de cálculo da depreciação, reconhecimento de recebimentos e pagamentos futuros. Sloan, Dechow e Hutton (1999, p. 7) por sua vez, compreende os *accruals* como “a diferença entre resultado líquido e dinheiro vivo dos fluxos de atividades operacionais”.

Almeida, Souza e Rodrigues (2009, p. 109), pesquisando sobre a provisão para devedores duvidosos (PDD) afirmam que “a discricionariedade sobre os *accruals* é um dos pontos preponderantes já que muitas das decisões que afetam resultado ficam capturadas neles”, ou seja, afetam o resultado e podem influenciar a expectativa do mercado.

Em linha com Almeida, Souza e Rodrigues (2009) é importante ressaltar que a conexão dos *accruals* com o fluxo de caixa se dá pelo regime de competência que reconhece no resultado de um exercício, que parte dele é caixa (a organização, por exemplo, recebe a vista uma quantia de suas vendas pelo regime de caixa) e outra quantia será apropriada em caixa no futuro.

Por fim, os *accruals*, podem ser classificados como um importante indicador da qualidade do lucro e tem sido objeto de vários estudos. Frequentemente definiu-se *accruals* como sendo somente exigibilidades passivas cuja influência no lucro seria sempre negativa. Porém, conforme analisado nos estudos referenciados, essa definição pode ser aprimorada e os *accruals* podem ser definidos como sendo estimativas utilizadas pela contabilidade. Vale ressaltar que o impacto no lucro causado pelos *accruals* pode ser tanto positivo quanto negativo.

2.3 Fluxo de Caixa Operacional

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) passou a ser de elaboração e divulgação necessárias para as sociedades por ações a partir do ano de 2008, como decorrência das mudanças realizadas na redação da Lei nº 6.404/76 a partir da Lei nº 11.638/07. Em continuidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou, em 2008, o Pronunciamento Técnico 03, que discorre pontualmente sobre a elaboração e divulgação da DFC. Neste sentido, o Banco Central do Brasil através da resolução 3.604/08 resolveu que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen ficam obrigadas a elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

Segundo Assaf Neto e Silva (1997, p.35) o fluxo de caixa é imprescindível para as entidades, tornando-se uma indispensável sinalização dos rumos financeiros dos negócios. Marques (2004) por sua vez, afirma que a DFC é capaz de oferecer indicadores de liquidez, de solvência e flexibilidade financeira de uma empresa. Dinis (2009, p.42) reitera que a DFC propicia aos usuários sustentação para avaliar a capacidade financeira da empresa em gerar fluxos de caixa positivo para efetuar investimentos e honrar suas obrigações. Por conseguinte, é possível afirmar que a DFC tem como objetivo evidenciar as variações que aconteceram no caixa ao longo do período, composto por atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Conforme Assaf Neto e Silva (1997), o fluxo de caixa operacional é o resultado financeiro gerado pelos ativos apresentados como atividade principal da empresa. Esse fluxo de caixa operacional é retirado da Demonstração do Fluxo de Caixa. Segundo Barth, Cram e Nelson (2001) o fluxo de caixa operacional é a melhor informação contábil para presumir os fluxos de caixas futuros. Almeida, Souza e Rodrigues (2009) corrobora que o fluxo de caixa operacional demonstra a fonte principal de recursos da empresa, sendo apontadas as entradas e saídas provenientes de atividades operacionais. Com isso, é importante ressaltar que o fluxo de caixa operacional é utilizado pelos usuários da informação contábil para fins de avaliação de desempenho de uma entidade.

2.4 Resultado Operacional

A divulgação do CPC 26 (CPC,2009) discorre sobre a apresentação das demonstrações contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade, IAS 1. Segundo o CPC 26,

as entidades devem demonstrar todas as mutações do patrimônio líquido reconhecidas em cada exercício que não representem transações entre a empresa e seus sócios em duas demonstrações: Demonstração do Resultado do Período e a Demonstração do Resultado Abrangente. Ainda, de acordo com o CPC 26 – R1 (CPC, 2011), “a divulgação dos componentes do desempenho ajuda na compreensão do desempenho alcançado e a fazer projeções de futuros resultados”. A Resolução 1.120/86 do Banco Central do Brasil, defini com obrigatoriedade a elaboração das demonstrações financeiras e contábeis para todas as entidades reguladas.

Para Iudícibus et al. (2013) a Demonstração do Resultado do Exercício é a divulgação, de forma sucinta, das operações realizadas pela entidade durante o exercício social. A DRE tem como objetivo destacar o resultado líquido do período, incluindo as receitas e despesas realizadas.

A Lei nº 6.404/76, no art. 187, determina que as entidades deverão, na Demonstração do Resultado do Exercício, discriminar os tipos de receitas e despesas. Sendo assim, a lei estabelece que para se obter o resultado operacional, devem ser consideradas “despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais”. Por conseguinte, vale ressaltar que as análises realizadas sobre o resultado operacional são utilizadas pelos usuários da informação contábil para fins de avaliação de desempenho de uma entidade.

3 METODOLOGIA

Utilizou-se como metodologia na elaboração deste trabalho a pesquisa empírica, tomando como base pesquisas anteriores.

O estudo tem como base o exercício de 2010, tendo em vista que o CPC nº. 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tornou-se obrigatório a partir desse ano para as sociedades anônimas abertas por meio da Deliberação CVM nº. 594, de 15 de setembro de 2009. Além disso é importante ressaltar que a Resolução BACEN nº 3.198 de 2004 determinou que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar suas demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, com o relatório dos auditores independentes.

O critério utilizado para selecionar os itens da amostra foi o volume total de passivos. Os dados foram oriundos das informações do Banco Central do Brasil. Com isso, optou-se por retirar do site do Bacen, na data base de 31 de dezembro de 2015, o balancete versão 4010 e realizar um filtro com o intuito de verificar qual a representatividade dos 10 maiores bancos em passivo exigível. Foi verificado que os 10 maiores bancos atuantes do país possuem um volume de R\$ 6.438.236.738.903 dos R\$ 25.157.363.752.801 registrados como passivo exigível do Sistema Financeiro Nacional, representando assim, cerca de 26% do volume total.

Quadro 2 - Amostra das instituições financeiras

1.	Banco do Brasil S.A.
2.	Caixa Econômica Federal
3.	Itaú Unibanco BM S.A.
4.	BNDES
5.	Banco Bradesco S.A.
6.	Banco Santander Brasil S.A.
7.	HSBC Bank Brasil S.A.
8.	Banco Safra S.A.
9.	Banco BTG Pactual S.A.
10.	Banco Votorantim S.A.

Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com a Lei 4.595/64, as instituições financeiras devem apurar resultados em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, observando as regras contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, as contas de resultado, credoras e devedoras, são encerradas por ocasião da apuração dos balanços de junho e dezembro. Além disso, conforme a Resolução BACEN nº 4.280, de 31 de outubro 2013, as

demonstrações contábeis consolidadas completas devem ser divulgadas com periodicidade semestral. Com isso, serão utilizadas as demonstrações contábeis (incluindo notas explicativas), para as 10 instituições financeiras com maior volume de passivo exigível de 2010 até 2015, sendo duas demonstrações contábeis por ano, totalizando assim 120 demonstrações contábeis completas.

Das 10 instituições financeiras selecionadas para a composição da amostra, foram coletados dados de saldo total de provisão, saldo inicial e final de provisão, valor de constituições/reforços de provisão, baixa/utilizações de provisão, pagamentos de provisão, valor do resultado operacional e o valor do fluxo de caixa operacional de cada instituição financeira selecionada. Os dados foram coletados nas demonstrações financeiras e notas explicativas semestrais divulgadas pelas instituições estudadas.

Analisando as notas explicativas relativas à provisão, verificou-se que as provisões constituídas pelas instituições financeiras são basicamente compostas por provisões trabalhistas, cíveis e fiscais. Entretanto, para a pesquisa realizada foram utilizados somente os dados relacionados a ações trabalhistas e cíveis. Os valores relativos às provisões contingentes foram retiradas das notas explicativas, o valor do resultado operacional foi extraído da Demonstração de Resultado e o valor do fluxo de caixa operacional foi coletado da Demonstração de Fluxo de Caixa.

A informação contábil é fundamental para prognosticar fluxos de caixas futuros tendo em vista que os *accruals* decorrentes das diferenças intertemporais do regime de competência apresentam influência no fluxo de caixa corrente (DECHOW, 1994). O termo de relevância, segundo o FASB (1990, p.33) pode ser interpretado como a capacidade da informação ser relevante numa decisão, facilitando o usuário na elaboração de suas análises sobre os efeitos de eventos passados.

Conforme Corrar e Theóphilo (2004) a análise da regressão é bastante empregada no mundo dos negócios, sendo utilizada com o propósito de previsão. Sendo assim, consiste em determinar uma função matemática que busca descrever o comportamento de determinada variável dependente com base nos valores de uma ou mais variáveis independentes. Portanto, será utilizado como instrumento para a regressão linear a ferramenta Excel, onde será esperado encontrar o P-valor utilizando um nível de confiança de 95%. Sendo assim, é desejado que P-valor seja menor ou igual a 0,05, assumindo como margem de segurança 5% de chances de erro ou 95% de chance de ocorrer relação.

O estudo realizado sobre a provisão foi analisar se existe alguma relação da contabilização de um passivo contingente com o fluxo de caixa operacional do semestre e o fluxo de caixa operacional futuro da companhia. Além disso, verificar se a variação do saldo de provisão do período selecionado impacta o fluxo de caixa operacional do semestre e o fluxo de caixa operacional futuro. Por fim, analisar se a variação do saldo de provisão impacta o resultado operacional do semestre e verificar se a variação do saldo de provisão impacta o resultado operacional futuro da entidade.

Com isso, inicialmente, foi procurado avaliar a relação entre a despesa de provisão contabilizada com o fluxo de caixa operacional da amostra, tanto no mesmo semestre como em semestres posteriores, sendo utilizado a seguinte fórmula:

$$\text{Mesmo semestre: } \mathbf{FCO_{is0} = a_0 + a_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (1)}$$

$$\text{Semestres Posteriores: } \mathbf{FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (2)}$$

Onde:

$\mathbf{FCO_{is0}}$ = Fluxo de Caixa Operacional do Banco i no semestre

$\mathbf{FCO_{is+t(x)}}$ = Fluxo de Caixa Operacional do Banco i no semestre posterior

$\mathbf{DP_{is0}}$ = Despesa de Provisão no Semestre

$\mathbf{\epsilon_s}$ = Termo de erro da regressão

Para o estudo da relação existente entre a variação do saldo da provisão com o fluxo de caixa operacional, tanto no mesmo semestre como em semestres posteriores, foi utilizada a seguinte a seguinte fórmula:

$$\text{Mesmo semestre: } \mathbf{FCO_{is0} = b_0 + b_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (3)}$$

$$\text{Semestres Posteriores: } \mathbf{FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (4)}$$

Onde:

FCO_{is0} = Fluxo de Caixa Operacional do Banco i no semestre

FCO_{is+t(x)} = Fluxo de Caixa Operacional do Banco i no semestre posterior

DP_{is0} = Variação do Saldo da Provisão (Saldo Final – Saldo Inicial)

€_s = Termo de erro da regressão

Com o intuito de verificar a relação entre a variação do saldo da provisão com o resultado operacional, tanto no mesmo semestre como em semestres posteriores, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Mesmo semestre: } \mathbf{ROP_{is0} = d_0 + d_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (5)}$$

$$\text{Semestres Posteriores: } \mathbf{ROP_{is+t(x)} = j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_s \quad (6)}$$

Onde:

ROP_{is0} = Resultado Operacional do Banco i no semestre

ROP_{is+t(x)} = Resultado Operacional do Banco i no semestre posterior

DP_{is0} = Variação do Saldo da Provisão (Saldo Final – Saldo Inicial)

€_s = Termo de erro da regressão

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Apresentação e discussão da relação de Despesa de Provisão com o Fluxo de Caixa Operacional.

4.1.1 Equação 1: $FCO_{is0} = a_0 + a_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (1)

A seguir, na Tabela 1, são apresentados os resultados oriundos da Equação 1 onde foi apresentada a relação entre a despesa de provisão contabilizada no semestre com o fluxo de caixa operacional do mesmo semestre. Sendo assim, é importante ressaltar que foi comparado na primeira equação o saldo em “t” da despesa de provisão com o saldo em “t” do fluxo de caixa operacional de toda a amostra.

Tabela 1: Resultados Equação 1: $FCO_{is0} = a_0 + a_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (1)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)	DP	Aceita	0,0396	0,0386
t(1)	DP	Rejeita	0,0732	0,0324
t(2)	DP	Rejeita	0,0706	0,0367
t(3)	DP	Aceita	0,0286	0,0600
t(4)	DP	Aceita	0,0292	0,0680

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 1 demonstram que existiu relação em t(0), t(3) e t(4) e certa relação em t(1) e t(2). Com isso, para corroborar com a nossa análise é importante ressaltar que o nível de confiança utilizado na estatística foi 95%, constatando assim que em t(1) e t(2) o P-Valor foi bem próximo do esperado, ou seja, menor que 5%. Portanto, vale a pena destacar que a Equação 1 oferece um indicativo de que toda despesa de provisão realizada no semestre afeta de certa forma o fluxo de caixa operacional de uma empresa.

4.1.2 Equação 2: $FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (2)

A seguir, nas Tabelas 2;3;4 e 5, são exibidos os resultados provenientes da Equação 2 onde foi avaliado a relação entre a despesa de provisão contabilizada no semestre com o fluxo de caixa operacional de semestre posteriores. Sendo assim, é importante ressaltar que foi comparado na segunda equação o saldo t(0) da despesa de provisão com o saldo de t(0)+x do fluxo de caixa operacional de toda a amostra, sendo x a quantidade de semestres posteriores.

Tabela 2: Resultados Equação 2 com t(0): $FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (2)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)-t(1)	DP	Rejeita	0,0779	0,0215
t(0)-t(2)	DP	Aceita	0,0066	0,0703
t(0)-t(3)	DP	Rejeita	0,1048	0,0210
t(0)-t(4)	DP	Aceita	0,0055	0,0946

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 3: Resultados Equação 2 com t(1): $FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (2)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(1)-t(2)	DP	Rejeita	0,0671	0,0266
t(1)-t(3)	DP	Aceita	0,0101	0,0700
t(1)-t(4)	DP	Rejeita	0,1559	0,0294

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 4: Resultados Equação 2 com t(2): $FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (2)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(2)-t(3)	DP	Rejeita	0,0921	0,0359
t(2)-t(4)	DP	Aceita	0,0112	0,0909

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 5: Resultados Equação 2 com t(3): $FCO_{is+t(x)} = g_0 + g_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (2)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(3)-t(4)	DP	Rejeita	0,1693	0,0276

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 2 corroboram que não houve razoabilidade suficiente quando comparado o semestre de contabilização com o fluxo de caixa subsequente. Porém quando equiparado e analisado os resultados do semestre de origem da despesa com 2 semestres posteriores é possível verificar uma constância e certa relação. Com isso, tem-se um indício de que o registro de uma despesa com passivo contingente irá afetar o fluxo de caixa operacional de uma empresa aproximadamente 1 ano após sua contabilização.

4.2 Apresentação e discussão da relação de Variação de Saldo da Provisão com o Fluxo de Caixa Operacional.

4.2.1 Equação 3: $FCO_{is0} = b_0 + b_1DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (3)

Em seguida, na Tabela 6, são demonstrados os efeitos resultantes da Equação 3 onde foi apresentada a relação entre a variação no saldo da provisão no semestre com o fluxo de caixa operacional do mesmo semestre. Com isso, é importante ressaltar que foi comparado na terceira equação o saldo em “t” da variação da provisão para contingências com o saldo em “t” do fluxo de caixa operacional de toda a amostra.

Tabela 6: Resultados Equação 3: $FCO_{is0} = b_0 + b_1DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (3)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)	DP	Rejeita	0,3358	0,0086
t(1)	DP	Rejeita	0,5364	0,0039
t(2)	DP	Rejeita	0,4623	0,0062
t(3)	DP	Rejeita	0,2649	0,0159
t(4)	DP	Rejeita	0,3821	0,0113

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 3 certificam de que não existe nenhuma relação entre a variação do saldo de provisão para contingência com o fluxo de caixa operacional do mesmo semestre. Esse resultado ajuda a demonstrar que a variação do saldo da provisão nas instituições financeiras pesquisadas não afeta o fluxo de caixa diretamente no mesmo semestre.

4.2.2 Equação 4: $FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (4)

A seguir, na Tabela 4, são revelados os resultados provenientes da Equação 4 onde foi apresentada a relação entre a variação no saldo da provisão no semestre com o fluxo de caixa operacional de semestre posteriores. Sendo assim, é importante ressaltar que foi comparado na quarta equação o saldo t(0) da variação no saldo da provisão com contingências com o saldo de t(0)+x do fluxo de caixa operacional de toda a amostra, sendo x a quantidade de semestres posteriores.

Tabela 7: Resultados Equação 4 com t(0): $FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (4)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)-t(1)	DP	Aceita	0,0696	0,0332
t(0)-t(2)	DP	Rejeita	0,6824	0,0019
t(0)-t(3)	DP	Rejeita	0,9817	0,0000
t(0)-t(4)	DP	Rejeita	0,6413	0,0032

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 8: Resultados Equação 4 com t(1): $FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (4)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(1)-t(2)	DP	Aceita	0,0396	0,0472
t(1)-t(3)	DP	Rejeita	0,5156	0,0054
t(1)-t(4)	DP	Rejeita	0,3339	0,0137

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 9: Resultados Equação 4 com t(2): $FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (4)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(2)-t(3)	DP	Aceita	0,0663	0,0426
t(2)-t(4)	DP	Rejeita	0,5983	0,0041

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 10: Resultados Equação 4 com t(3): $FCO_{is+t(x)} = h_0 + h_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (4)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(3)-t(4)	DP	Rejeita	0,5497	0,0053

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 4 demonstram que houve relação suficiente quando comparado o semestre da variação da provisão com o fluxo de caixa subsequente. Com isso, é importante destacar que a Equação 4 oferece um indicativo de que toda variação do saldo da provisão realizada no semestre afeta de alguma maneira o fluxo de caixa operacional subsequente de uma entidade. Tendo em vista que os resultados apresentados da Equação 4 são indicativos, mas não conclusivos é conveniente a realização de estudos futuros para comprovar fielmente essa relação.

4.3 Apresentação e discussão da relação de Variação de Saldo da Provisão com o Resultado Operacional do Semestre.

4.3.1 Equação 5: $ROP_{is0} = d_0 + d_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (5)

A seguir, na Tabela 11, são exibidos os resultados provenientes da Equação 5 onde foi apresentada a relação entre a variação no saldo da provisão no semestre com o resultado operacional do mesmo semestre. Com isso, é importante ressaltar que foi comparado na quinta equação o saldo em “t” da variação da provisão para contingências com o saldo em “t” do resultado operacional de toda a amostra.

Tabela 11: Resultados Equação 5: $ROP_{is0} = d_0 + d_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (5)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)	DP	Rejeita	0,4563	0,0051
t(1)	DP	Rejeita	0,3832	0,0078
t(2)	DP	Rejeita	0,3454	0,0101
t(3)	DP	Rejeita	0,3144	0,0130
t(4)	DP	Rejeita	0,4285	0,0092

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 5 evidenciam de que não existe nenhuma relação entre a variação do saldo de provisão para contingência com o resultado operacional do mesmo semestre. Esse resultado ajuda a demonstrar que a variação do saldo da provisão nas instituições financeiras pesquisadas não afeta de forma significativa o resultado operacional no mesmo semestre.

4.3.2 Equação 6: $ROP_{is+t(x)} = j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (6)

A seguir, na Tabela 12, são apresentados os resultados oriundos da Equação 6 onde foi apresentada a relação entre a variação no saldo da provisão no semestre com o resultado operacional de semestre posteriores. Sendo assim, é importante ressaltar que foi comparado na sexta equação o saldo t(0) da variação no saldo da provisão com contingências com o saldo de t(0)+x do resultado operacional de toda a amostra, sendo x a quantidade de semestres posteriores.

Tabela 12: Resultados Equação 6 com t(0): $j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (6)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(0)-t(1)	DP	Rejeita	0,3288	0,0097
t(0)-t(2)	DP	Rejeita	0,0590	0,0399
t(0)-t(3)	DP	Rejeita	0,0510	0,0480
t(0)-t(4)	DP	Rejeita	0,0969	0,0400

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 13: Resultados Equação 6 com t(1): $j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (6)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(1)-t(2)	DP	Rejeita	0,3628	0,0094
t(1)-t(3)	DP	Rejeita	0,0595	0,0448
t(1)-t(4)	DP	Rejeita	0,0517	0,0545

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 14: Resultados Equação 6 com t(2): $j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (6)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(2)-t(3)	DP	Rejeita	0,3322	0,0121
t(2)-t(4)	DP	Rejeita	0,0592	0,0514

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 15: Resultados Equação 6 com t(2): $j_0 + j_1 DP_{is0} + \epsilon_{is}$ (6)

t(x)	Variável	Aceita/Rejeita	P-Valor	R ²
t(3)-t(4)	DP	Rejeita	0,3703	0,0118

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados da equação 6 corroboram que não houve relação suficiente quando comparado o semestre da variação da provisão com o resultado operacional subsequente. Esse resultado ajuda a demonstrar que a variação do saldo da provisão nas instituições financeiras pesquisadas não afeta de forma significativa o resultado operacional em semestres subsequentes.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo é verificar se existe alguma relação entre a contabilização de despesa de provisão para contingência com o desempenho econômico futuro em instituições financeiras. Além disso, examinar se é possível estimar em quanto tempo essa contabilização afetará o fluxo de caixa operacional ou o resultado operacional da companhia. Por conseguinte, ocorreu a análise para corroborar se a variação que ocorre na conta de provisões para contingência impacta o fluxo de caixa ou o resultado operacional de uma instituição financeira.

O presente artigo atingiu seu objetivo tendo em vista que no método utilizado de regressão linear foram realizadas 6 equações e todas alcançaram respostas indicativas para o problema analisado.

O primeiro resultado expressivo foi a relação existente na equação 1, onde ocorreu um indício de que toda despesa de provisão realizada no semestre afeta de certa forma o fluxo de caixa operacional de uma entidade. Além disso, na equação 2, ocorreu um indicativo de que o registro de uma despesa com passivo contingente irá afetar o fluxo de caixa operacional de uma empresa aproximadamente 2 semestres após sua contabilização. Com isso, pode-se inferir que uma parte de toda provisão registrada no semestre é paga no mesmo semestre e outra parte é paga 1 ano após sua contabilização, ou seja, afeta o fluxo de caixa operacional da empresa tanto no semestre de registro como o segundo semestre após o registro.

O segundo resultado relevante foi a relação encontrada quando comparado a variação do saldo da provisão para contingência com o fluxo de caixa subsequente de uma companhia. Esse indício demonstra que a variação do saldo de provisão para contingência sensibiliza o fluxo de caixa operacional subsequente de uma entidade.

É interessante ressaltar que conforme comprovado nos resultados das equações 5 e 6 não houve relação quando comparado a variação do saldo de provisão para contingência com o resultado operacional das entidades.

É importante destacar como limitação para esse estudo que os resultados dessa pesquisa se referem apenas a amostra e os semestres estipulados.

Como as conclusões deste estudo se limitam a relação existente somente em instituições financeiras, sugere-se como pesquisas futuras o estudo dessas relações em outros tipos de empresas listadas na BM&FBOVESPA a partir da obrigatoriedade do CPC 25.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F.; SOUSA, A. F.; RODRIGUES, A. Fluxo de caixa e accruals: objetividade versus subjetividade no índice marketto-book das companhias abertas brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 1, p. 106-117, 2009.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T.. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução 3.823 de 2009**. Dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47457/Res_3823_v1_O.pdf. >Acesso em: 09 set. 2016.

_____. **Resolução 1.120 de 1986**. Disciplina a constituição, a organização e o funcionamento das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1986/pdf/res_1120_v7_L.pdf> Acesso em 10 set. 2016.

_____. **Resolução 3.604 de 2008**. Dispõe sobre procedimentos aplicáveis na elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47835/Res_3604_v1_O.pdf> Acesso em 11 set. 2016.

_____. **Resolução 3.198 de 2004**. Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46402/Res_3198_v9_P.pdf> Acesso em 12 set. 2016.

BARTH, M. E.; CRAM, D. P.; NELSON, K. K. Accruals and the prediction of future cash flows. **The accounting review**, v. 76, n. 1, p. 27-58, 2001.

BOWEN, R. M.; BURGSTAHLER, D.; DALEY, L. A. The incremental information content of accrual versus cash flows. **Accounting Review**, p. 723-747, 1987.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

CHAN, K. et al. **Earnings quality and stock returns**. National bureau of economic research, 2001.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Um estudo sobre a influência de accruals na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 95-116, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552006000200006>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 17/09/2016.

_____. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: s/d (a) 7-18**. Brasília: CPC, 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 12/09/2016.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília: dezembro, 2011a. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 16/09/2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação nº 594**, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 11/09/2016.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria. **São Paulo: Atlas**, p. 289, 2004.

CONTMATIC, P. **Empresas têm de reservar R\$ 1,3 tri para atender pleitos**, de 18 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.contmatic.com.br/mais/contabil/314>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DECHOW, P. M. Accounting Earning and Cash Flows as measures of firms performance – The role of accounting accrual. **Journal of Accounting & Economics**, v. 18, n. 1, p. 3-42, 1994.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: The role of *accrual* estimation errors. **The accounting review**, v. 77, n. s-1, p. 35-59, 2002.

DECHOW, P. M.; KHIMICH, N. V.; SLOAN, R. G. The accrual anomaly. **Available at SSRN 1793364**, 2011.

DECHOW, P. M.; KOTHARI, S. P.; WATTS, R. L. The relations between earnings and cash flows. **Journal of Accounting and Economics**, v. 25, n. 2, p. 133-168, 1998.

DINIS, L. F. M. Demonstrações dos fluxos de caixa nas normas brasileira, internacional e norte-americana. **Pensar contábil**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 41- 49, jul./set. 2009.

FARIAS, M. R. S. **Divulgação do Passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico**. 2004. Dissertação Mestrado – Universidade de São Paulo: FEA/USP, 2004.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statement of Financial Accounting Standards nº 5: Accounting for Contingencies**. Norwalk, Connecticut, 1975.

_____. **Statement of financial accounting concepts n. 2. Qualitative characteristics of accounting information**. May, 1980.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS, FEA/USP (FIECAFI). **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAUTIER, M.W.E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 5. ed. Great Britain-London: Pitman Publishing Limited, 1976.

GOIS, A. **Brasil tem hoje 10 milhões de processos judiciais correndo a mais do que em 2013**, de 11 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/brasil-tem-hoje-10-milhoes-de-processos-judiciais-correndo-mais-do-que-em-2013.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.)

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. van. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2009. v. 7. Reimpressão

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. 301 p.

_____. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2013.

KNOBLAUCH, S. C. A. V. **Um estudo acerca da evidenciação das contingências nas maiores empresas de capital aberto do Brasil**. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120765>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LARRIBA DÍAZ-ZORITA, A. **Provisiones y contingencias**. Expansion, 2007.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, J. A. V. C. **Análise financeira das empresas: liquidez, retorno e criação de valor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**, 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2001.

NANNINI, L. C.; SALOTTI, B. M. **IAS 37 – Provisões, contingências passivas e ativas**. In: ERNST & YOUNG, FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, R. R. NOGUEIRA, D. M. Abordagem dos accruals em pesquisas: um retrato da literatura. In: SIMPOSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012. Rio de Janeiro: SEGeT, 2012.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, jul./set. 2013.

ROSA, C. A. da. **Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. 2014**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, P. S. A. dos. **Fatores Institucionais, Socioeconômicos e Financeiros Relacionados com o Nível de Evidenciação de Passivos Contingentes dos Municípios Brasileiros**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

SILVA, R. **Os reflexos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros no desempenho futuro dos bancos. 2006**. Dissertação Mestrado FUCEPE, 2006.

SILVA, T. S. da. **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia**. 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SLOAN, R. G., DECHOW, P. M.; HUTTON, A. P. An empirical assessment of the residual income valuation model. **Journal of accounting and economics**, v. 26, n. 1, p. 1-34, 1999. Acessado em: 12 de outubro de 2016

SOUZA, J. A. S. de et al. Determinantes e Consequências do Fechamento de Capital nas Práticas de Gerenciamento de Resultados. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 1, p. 38–57, 23 jul. 2013.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L. **Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos**. São Paulo: Atlas, 2001.

SUER, A. Z. The Recognition of Provisions: evidence from BIST100 Non-financial Companies. **Procedia Economics and Finance**, v. 9, p. 391-401, 2014. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article>> Acesso em 10 out. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – COLETA DE DADOS EQUAÇÕES 1 E 2 (DESPESA COM PROVISÃO E FCO)

PERÍODO	t(0) - FCO	t(0) - DESPESA	t(1) - FCO	t(1) - DESPESA	t(2) - FCO	t(2) - DESPESA	t(3) - FCO	t(3) - DESPESA	t(4) - FCO	t(4) - DESPESA
2o Semestre 2010	-7.682.630	-242.006	18.296.590	46.670	13.841.964	283.637	-10.516.208	427.225	7.051.413	1.166.411
1o Semestre 2011	18.296.590	46.670	13.841.964	283.637	-10.516.208	427.225	7.051.413	1.166.411	-28.444.586	606.589
2o Semestre 2011	13.841.964	283.637	-10.516.208	427.225	7.051.413	1.166.411	-28.444.586	606.589	31.048.277	946.643
1o Semestre 2012	-10.516.208	427.225	7.051.413	1.166.411	-28.444.586	606.589	31.048.277	946.643	4.281.264	-275.768
2o Semestre 2012	7.051.413	1.166.411	-28.444.586	606.589	31.048.277	946.643	4.281.264	-275.768	-18.627.697	1.823.344
1o Semestre 2013	-28.444.586	606.589	31.048.277	946.643	4.281.264	-275.768	-18.627.697	1.823.344	8.865.091	320.253
2o Semestre 2013	31.048.277	946.643	4.281.264	-275.768	-18.627.697	1.823.344	8.865.091	320.253	31.866.056	1.008.049
1o Semestre 2014	4.281.264	-275.768	-18.627.697	1.823.344	8.865.091	320.253	31.866.056	1.008.049		
2o Semestre 2014	-18.627.697	1.823.344	8.865.091	320.253	31.866.056	1.008.049				
1o Semestre 2015	8.865.091	320.253	31.866.056	1.008.049						
2o Semestre 2015	31.866.056	1.008.049								
2o Semestre 2010	-17.030.153	-187.488	31.082.926	54.007	-11.368.933	125.398	23.384.697	293.958	25.287.135	-183.708
1o Semestre 2011	31.082.926	54.007	-11.368.933	125.398	23.384.697	293.958	25.287.135	-183.708	-3.766.043	298.358
2o Semestre 2011	-11.368.933	125.398	23.384.697	293.958	25.287.135	-183.708	-3.766.043	298.358	-20.264.962	313.401
1o Semestre 2012	23.384.697	293.958	25.287.135	-183.708	-3.766.043	298.358	-20.264.962	313.401	44.307.927	78.380

PERÍODO	t(0) - FCO	t(0) - DESPESA	t(1) - FCO	t(1) - DESPESA	t(2) - FCO	t(2) - DESPESA	t(3) - FCO	t(3) - DESPESA	t(4) - FCO	t(4) - DESPESA
2o Semestre 2012	25.287.135	-183.708	-3.766.043	298.358	-20.264.962	313.401	44.307.927	78.380	19.109.141	-339.311
1o Semestre 2013	-3.766.043	298.358	-20.264.962	313.401	44.307.927	78.380	19.109.141	-339.311	8.649.908	365.983
2o Semestre 2013	-20.264.962	313.401	44.307.927	78.380	19.109.141	-339.311	8.649.908	365.983	38.337.819	840.873
1o Semestre 2014	44.307.927	78.380	19.109.141	-339.311	8.649.908	365.983	38.337.819	840.873		
2o Semestre 2014	19.109.141	-339.311	8.649.908	365.983	38.337.819	840.873				
1o Semestre 2015	8.649.908	365.983	38.337.819	840.873						
2o Semestre 2015	38.337.819	840.873								
2o Semestre 2010	-15.081.505	432.181	17.598.803	294.581	-13.125.730	1.029.090	88.248.760	255.814	60.402.937	512.698
1o Semestre 2011	17.598.803	294.581	-13.125.730	1.029.090	88.248.760	255.814	60.402.937	512.698	96.710.386	250.769
2o Semestre 2011	-13.125.730	1.029.090	88.248.760	255.814	60.402.937	512.698	96.710.386	250.769	104.242.793	647.114
1o Semestre 2012	88.248.760	255.814	60.402.937	512.698	96.710.386	250.769	104.242.793	647.114	27.644.439	407.075
2o Semestre 2012	60.402.937	512.698	96.710.386	250.769	104.242.793	647.114	27.644.439	407.075	112.936.756	1.217.056
1o Semestre 2013	96.710.386	250.769	104.242.793	647.114	27.644.439	407.075	112.936.756	1.217.056	-17.205.491	298.067
2o Semestre 2013	104.242.793	647.114	27.644.439	407.075	112.936.756	1.217.056	-17.205.491	298.067	-33.697.081	883.887
1o Semestre 2014	27.644.439	407.075	112.936.756	1.217.056	-17.205.491	298.067	-33.697.081	883.887		
2o Semestre 2014	112.936.756	1.217.056	-17.205.491	298.067	-33.697.081	883.887				
1o Semestre 2015	-17.205.491	298.067	-33.697.081	883.887						
2o Semestre 2015	-33.697.081	883.887								
2o Semestre 2010	-29.987.940	479.360	11.118.954	383.802	-1.001.936	754.083	27.081.537	524.437	27.849.265	1.581.607
1o Semestre 2011	11.118.954	383.802	-1.001.936	754.083	27.081.537	524.437	27.849.265	1.581.607	7.209.931	705.249
2o Semestre 2011	-1.001.936	754.083	27.081.537	524.437	27.849.265	1.581.607	7.209.931	705.249	27.799.759	1.396.292
1o Semestre 2012	27.081.537	524.437	27.849.265	1.581.607	7.209.931	705.249	27.799.759	1.396.292	83.720.664	625.407
2o Semestre 2012	27.849.265	1.581.607	7.209.931	705.249	27.799.759	1.396.292	83.720.664	625.407	121.889.687	1.124.035
1o Semestre 2013	7.209.931	705.249	27.799.759	1.396.292	83.720.664	625.407	121.889.687	1.124.035	-26.823.996	669.109
2o Semestre 2013	27.799.759	1.396.292	83.720.664	625.407	121.889.687	1.124.035	-26.823.996	669.109	3.506.735	1.637.134
1o Semestre 2014	83.720.664	625.407	121.889.687	1.124.035	-26.823.996	669.109	3.506.735	1.637.134		
2o Semestre 2014	121.889.687	1.124.035	-26.823.996	669.109	3.506.735	1.637.134				
1o Semestre 2015	-26.823.996	669.109	3.506.735	1.637.134						
2o Semestre 2015	3.506.735	1.637.134								
2o Semestre 2010	-2.759.275	591.925	-10.408.965	740.546	-11.576.119	2.004.709	2.025.208	501.406	4.625.950	1.038.397
1o Semestre 2011	-10.408.965	740.546	-11.576.119	2.004.709	2.025.208	501.406	4.625.950	1.038.397	-1.669.261	59.210
2o Semestre 2011	-11.576.119	2.004.709	2.025.208	501.406	4.625.950	1.038.397	-1.669.261	59.210	16.906.302	548.702
1o Semestre 2012	2.025.208	501.406	4.625.950	1.038.397	-1.669.261	59.210	16.906.302	548.702	-14.235.251	400.477
2o Semestre 2012	4.625.950	1.038.397	-1.669.261	59.210	16.906.302	548.702	-14.235.251	400.477	-21.681.773	839.628
1o Semestre 2013	-1.669.261	59.210	16.906.302	548.702	-14.235.251	400.477	-21.681.773	839.628	-250.900	564.367
2o Semestre 2013	16.906.302	548.702	-14.235.251	400.477	-21.681.773	839.628	-250.900	564.367	-5.009.575	1.260.233
1o Semestre 2014	-14.235.251	400.477	-21.681.773	839.628	-250.900	564.367	-5.009.575	1.260.233		
2o Semestre 2014	-21.681.773	839.628	-250.900	564.367	-5.009.575	1.260.233				
1o Semestre 2015	-250.900	564.367	-5.009.575	1.260.233						
2o Semestre 2015	-5.009.575	1.260.233								
2o Semestre 2010	-10.221.711	108.531	5.099.517	78.988	-3.355.946	208.236	5.099.517	90.729	3.474.467	194.928
1o Semestre 2011	5.099.517	78.988	-3.355.946	208.236	5.099.517	90.729	3.474.467	194.928	715.559	71.758
2o Semestre 2011	-3.355.946	208.236	5.099.517	90.729	3.474.467	194.928	715.559	71.758	3.506.213	132.448
1o Semestre 2012	5.099.517	90.729	3.474.467	194.928	715.559	71.758	3.506.213	132.448	-1.004.239	107.354

PERÍODO	t(0) - FCO	t(0) - DESPESA	t(1) - FCO	t(1) - DESPESA	t(2) - FCO	t(2) - DESPESA	t(3) - FCO	t(3) - DESPESA	t(4) - FCO	t(4) - DESPESA
2o Semestre 2012	3.474.467	194.928	715.559	71.758	3.506.213	132.448	-1.004.239	107.354	7.969.203	-194.130
1o Semestre 2013	715.559	71.758	3.506.213	132.448	-1.004.239	107.354	7.969.203	-194.130	-709.428	97.791
2o Semestre 2013	3.506.213	132.448	-1.004.239	107.354	7.969.203	-194.130	-709.428	97.791	-8.590.866	159.564
1o Semestre 2014	-1.004.239	107.354	7.969.203	-194.130	-709.428	97.791	-8.590.866	159.564		
2o Semestre 2014	7.969.203	-194.130	-709.428	97.791	-8.590.866	159.564				
1o Semestre 2015	-709.428	97.791	-8.590.866	159.564						
2o Semestre 2015	-8.590.866	159.564								
2o Semestre 2010	-4.043.196	-22.392	-11.543.587	5.243	-14.044.386	787	-3.600.368	1.367	-4.783.922	269
1o Semestre 2011	-11.543.587	5.243	-14.044.386	787	-3.600.368	1.367	-4.783.922	269	-9.391.790	23.431
2o Semestre 2011	-14.044.386	787	-3.600.368	1.367	-4.783.922	269	-9.391.790	23.431	-8.767.000	28.862
1o Semestre 2012	-3.600.368	1.367	-4.783.922	269	-9.391.790	23.431	-8.767.000	28.862	-15.792.061	-12.506
2o Semestre 2012	-4.783.922	269	-9.391.790	23.431	-8.767.000	28.862	-15.792.061	-12.506	-11.873.750	-11.623
1o Semestre 2013	-9.391.790	23.431	-8.767.000	28.862	-15.792.061	-12.506	-11.873.750	-11.623	-6.017.687	3.552
2o Semestre 2013	-8.767.000	28.862	-15.792.061	-12.506	-11.873.750	-11.623	-6.017.687	3.552	367.152	38.802
1o Semestre 2014	-15.792.061	-12.506	-11.873.750	-11.623	-6.017.687	3.552	367.152	38.802		
2o Semestre 2014	-11.873.750	-11.623	-6.017.687	3.552	367.152	38.802				
1o Semestre 2015	-6.017.687	3.552	367.152	38.802						
2o Semestre 2015	367.152	38.802								
2o Semestre 2010	-6.654.898	16.190	9.367.923	31.112	15.790.820	55.645	-3.358.073	127.901	-245.501	390.254
1o Semestre 2011	9.367.923	31.112	15.790.820	55.645	-3.358.073	127.901	-245.501	390.254	-480.142	167.962
2o Semestre 2011	15.790.820	55.645	-3.358.073	127.901	-245.501	390.254	-480.142	167.962	-453.518	183.210
1o Semestre 2012	-3.358.073	127.901	-245.501	390.254	-480.142	167.962	-453.518	183.210	-8.114.042	111.365
2o Semestre 2012	-245.501	390.254	-480.142	167.962	-453.518	183.210	-8.114.042	111.365	-6.115.358	246.852
1o Semestre 2013	-480.142	167.962	-453.518	183.210	-8.114.042	111.365	-6.115.358	246.852	-1.940.899	108.770
2o Semestre 2013	-453.518	183.210	-8.114.042	111.365	-6.115.358	246.852	-1.940.899	108.770	2.924.606	167.306
1o Semestre 2014	-8.114.042	111.365	-6.115.358	246.852	-1.940.899	108.770	2.924.606	167.306		
2o Semestre 2014	-6.115.358	246.852	-1.940.899	108.770	2.924.606	167.306				
1o Semestre 2015	-1.940.899	108.770	2.924.606	167.306						
2o Semestre 2015	2.924.606	167.306								
2o Semestre 2010	-599.933	8.647	3.250.313	21.453	-1.860.061	131.188	8.430.539	42.419	8.877.501	97.951
1o Semestre 2011	3.250.313	21.453	-1.860.061	131.188	8.430.539	42.419	8.877.501	97.951	-3.045.559	51.220
2o Semestre 2011	-1.860.061	131.188	8.430.539	42.419	8.877.501	97.951	-3.045.559	51.220	-6.393.639	116.028
1o Semestre 2012	8.430.539	42.419	8.877.501	97.951	-3.045.559	51.220	-6.393.639	116.028	2.007.093	41.702
2o Semestre 2012	8.877.501	97.951	-3.045.559	51.220	-6.393.639	116.028	2.007.093	41.702	-1.103.341	97.020
1o Semestre 2013	-3.045.559	51.220	-6.393.639	116.028	2.007.093	41.702	-1.103.341	97.020	32.900	116.666
2o Semestre 2013	-6.393.639	116.028	2.007.093	41.702	-1.103.341	97.020	32.900	116.666	2.874.821	183.410
1o Semestre 2014	2.007.093	41.702	-1.103.341	97.020	32.900	116.666	2.874.821	183.410		
2o Semestre 2014	-1.103.341	97.020	32.900	116.666	2.874.821	183.410				
1o Semestre 2015	32.900	116.666	2.874.821	183.410						
2o Semestre 2015	2.874.821	183.410								
2o Semestre 2010	-29.627.803	97.294	6.638.579	37.219	-8.843.585	93.126	5.662.338	4.162	-2.781.627	2.918
1o Semestre 2011	6.638.579	37.219	-8.843.585	93.126	5.662.338	4.162	-2.781.627	2.918	514.253	-3.500
2o Semestre 2011	-8.843.585	93.126	5.662.338	4.162	-2.781.627	2.918	514.253	-3.500	-3.562.021	-1.126
1o Semestre 2012	5.662.338	4.162	-2.781.627	2.918	514.253	-3.500	-3.562.021	-1.126	7.778.277	-127

PERÍODO	t(0) - FCO	t(0) - DESPESA	t(1) - FCO	t(1) - DESPESA	t(2) - FCO	t(2) - DESPESA	t(3) - FCO	t(3) - DESPESA	t(4) - FCO	t(4) - DESPESA
2o Semestre 2012	-2.781.627	2.918	514.253	-3.500	-3.562.021	-1.126	7.778.277	-127	6.004.122	-127
1o Semestre 2013	514.253	-3.500	-3.562.021	-1.126	7.778.277	-127	6.004.122	-127	-1.201.512	-5.171
2o Semestre 2013	-3.562.021	-1.126	7.778.277	-127	6.004.122	-127	-1.201.512	-5.171	-1.360.778	-10.382
1o Semestre 2014	7.778.277	-127	6.004.122	-127	-1.201.512	-5.171	-1.360.778	-10.382		
2o Semestre 2014	6.004.122	-127	-1.201.512	-5.171	-1.360.778	-10.382				
1o Semestre 2015	-1.201.512	-5.171	-1.360.778	-10.382						
2o Semestre 2015	-1.360.778	-10.382								

APÊNDICE B – COLETA DE DADOS EQUAÇÕES 3 E 4 (DESPESA COM PROVISÃO E FCO)

	t(0) - DFC	t(0) - D Saldo	t(1) - DFC	t(1) - D Saldo	t(2) - DFC	t(2) - D Saldo	t(3) - DFC	t(3) - D Saldo	t(4) - DFC	t(4) - D Saldo
2o Semestre 2010	-436.123	-266.278	-291.490	-145.160	-194.678	121.660	-415.823	89.348	-465.221	341.606
1o Semestre 2011	-291.490	-145.160	-194.678	121.660	-415.823	89.348	-465.221	341.606	-349.977	374.753
2o Semestre 2011	-194.678	121.660	-415.823	89.348	-465.221	341.606	-349.977	374.753	-500.377	105.504
1o Semestre 2012	-415.823	89.348	-465.221	341.606	-349.977	374.753	-500.377	105.504	-377.032	-466.159
2o Semestre 2012	-465.221	341.606	-349.977	374.753	-500.377	105.504	-377.032	-466.159	-590.825	-224.499
1o Semestre 2013	-349.977	374.753	-500.377	105.504	-377.032	-466.159	-590.825	-224.499	-681.762	-199.642
2o Semestre 2013	-500.377	105.504	-377.032	-466.159	-590.825	-224.499	-681.762	-199.642	-574.313	-366.341
1o Semestre 2014	-377.032	-466.159	-590.825	-224.499	-681.762	-199.642	-574.313	-366.341		
2o Semestre 2014	-590.825	-224.499	-681.762	-199.642	-574.313	-366.341				
1o Semestre 2015	-681.762	-199.642	-574.313	-366.341						
2o Semestre 2015	-574.313	-366.341								
2o Semestre 2010	-255.100	-187.488	-288.397	54.007	-329.153	519.377	-1.602.965	293.958	-856.294	-477.666

	t(0) - DFC	t(0) - D Saldo	t(1) - DFC	t(1) - D Saldo	t(2) - DFC	t(2) - D Saldo	t(3) - DFC	t(3) - D Saldo	t(4) - DFC	t(4) - D Saldo
1o Semestre 2011	-288.397	54.007	-329.153	519.377	-1.602.965	293.958	-856.294	-477.666	-204.125	298.358
2o Semestre 2011	-329.153	519.377	-1.602.965	293.958	-856.294	-477.666	-204.125	298.358	-709.383	159.197
1o Semestre 2012	-1.602.965	293.958	-856.294	-477.666	-204.125	298.358	-709.383	159.197	-535.591	124.849
2o Semestre 2012	-856.294	-477.666	-204.125	298.358	-709.383	159.197	-535.591	124.849	-1.345.600	-374.772
1o Semestre 2013	-204.125	298.358	-709.383	159.197	-535.591	124.849	-1.345.600	-374.772	-244.111	477.962
2o Semestre 2013	-709.383	159.197	-535.591	124.849	-1.345.600	-374.772	-244.111	477.962	-380.172	545.734
1o Semestre 2014	-535.591	124.849	-1.345.600	-374.772	-244.111	477.962	-380.172	545.734		
2o Semestre 2014	-1.345.600	-374.772	-244.111	477.962	-380.172	545.734				
1o Semestre 2015	-244.111	477.962	-380.172	545.734						
2o Semestre 2015	-380.172	545.734								
2o Semestre 2010	-352.390	-37.602	-236.976	146.924	-263.658	588.124	-276.424	111.242	-319.488	69.169
1o Semestre 2011	-236.976	146.924	-263.658	588.124	-276.424	111.242	-319.488	69.169	-417.642	-24.553
2o Semestre 2011	-263.658	588.124	-276.424	111.242	-319.488	69.169	-417.642	-24.553	-490.092	65.688
1o Semestre 2012	-276.424	111.242	-319.488	69.169	-417.642	-24.553	-490.092	65.688	-613.858	-65.576
2o Semestre 2012	-319.488	69.169	-417.642	-24.553	-490.092	65.688	-613.858	-65.576	-715.456	265.618
1o Semestre 2013	-417.642	-24.553	-490.092	65.688	-613.858	-65.576	-715.456	265.618	-472.406	789
2o Semestre 2013	-490.092	65.688	-613.858	-65.576	-715.456	265.618	-472.406	789	-434.490	310.206
1o Semestre 2014	-613.858	-65.576	-715.456	265.618	-472.406	789	-434.490	310.206		
2o Semestre 2014	-715.456	265.618	-472.406	789	-434.490	310.206				
1o Semestre 2015	-472.406	789	-434.490	310.206						
2o Semestre 2015	-434.490	310.206								
2o Semestre 2010	-271.169	824.677	-326.755	85.752	-356.280	-87.382	-393.646	163.288	-517.870	651.559
1o Semestre 2011	-326.755	85.752	-356.280	-87.382	-393.646	163.288	-517.870	651.559	-610.339	93.941
2o Semestre 2011	-356.280	-87.382	-393.646	163.288	-517.870	651.559	-610.339	93.941	-668.761	235.691
1o Semestre 2012	-393.646	163.288	-517.870	651.559	-610.339	93.941	-668.761	235.691	-577.606	226.337
2o Semestre 2012	-517.870	651.559	-610.339	93.941	-668.761	235.691	-577.606	226.337	-676.736	256.846
1o Semestre 2013	-610.339	93.941	-668.761	235.691	-577.606	226.337	-676.736	256.846	-810.782	220.500
2o Semestre 2013	-668.761	235.691	-577.606	226.337	-676.736	256.846	-810.782	220.500	-900.029	314.590
1o Semestre 2014	-577.606	226.337	-676.736	256.846	-810.782	220.500	-900.029	314.590		
2o Semestre 2014	-676.736	256.846	-810.782	220.500	-900.029	314.590				
1o Semestre 2015	-810.782	220.500	-900.029	314.590						
2o Semestre 2015	-900.029	314.590								
2o Semestre 2010	-1.173.768	-285.779	-701.027	147.040	-1.027.642	381.828	-1.239.354	-617.169	-733.618	-108.157
1o Semestre 2011	-701.027	147.040	-1.027.642	381.828	-1.239.354	-617.169	-733.618	-108.157	-790.895	-628.740
2o Semestre 2011	-1.027.642	381.828	-1.239.354	-617.169	-733.618	-108.157	-790.895	-628.740	-634.433	-43.842
1o Semestre 2012	-1.239.354	-617.169	-733.618	-108.157	-790.895	-628.740	-634.433	-43.842	-436.266	74.854
2o Semestre 2012	-733.618	-108.157	-790.895	-628.740	-634.433	-43.842	-436.266	74.854	-581.461	-100.174
1o Semestre 2013	-790.895	-628.740	-634.433	-43.842	-436.266	74.854	-581.461	-100.174	-537.681	219.511
2o Semestre 2013	-634.433	-43.842	-436.266	74.854	-581.461	-100.174	-537.681	219.511	-563.348	218.286
1o Semestre 2014	-436.266	74.854	-581.461	-100.174	-537.681	219.511	-563.348	218.286		
2o Semestre 2014	-581.461	-100.174	-537.681	219.511	-563.348	218.286				
1o Semestre 2015	-537.681	219.511	-563.348	218.286						
2o Semestre 2015	-563.348	218.286								
2o Semestre 2010	-47.319	24.675	-64.242	14.746	-87.367	41.881	-86.451	4.278	-83.442	20.757

	t(0) - DFC	t(0) - D Saldo	t(1) - DFC	t(1) - D Saldo	t(2) - DFC	t(2) - D Saldo	t(3) - DFC	t(3) - D Saldo	t(4) - DFC	t(4) - D Saldo
1o Semestre 2011	-64.242	14.746	-87.367	41.881	-86.451	4.278	-83.442	20.757	-73.431	-1.673
2o Semestre 2011	-87.367	41.881	-86.451	4.278	-83.442	20.757	-73.431	-1.673	-102.205	-27.674
1o Semestre 2012	-86.451	4.278	-83.442	20.757	-73.431	-1.673	-102.205	-27.674	-75.665	31.689
2o Semestre 2012	-83.442	20.757	-73.431	-1.673	-102.205	-27.674	-75.665	31.689	-45.592	114.996
1o Semestre 2013	-73.431	-1.673	-102.205	-27.674	-75.665	31.689	-45.592	114.996	-100.939	-3.148
2o Semestre 2013	-102.205	-27.674	-75.665	31.689	-45.592	114.996	-100.939	-3.148	-70.222	-8.449
1o Semestre 2014	-75.665	31.689	-45.592	114.996	-100.939	-3.148	-70.222	-8.449		
2o Semestre 2014	-45.592	114.996	-100.939	-3.148	-70.222	-8.449				
1o Semestre 2015	-100.939	-3.148	-70.222	-8.449						
2o Semestre 2015	-70.222	-8.449								
2o Semestre 2010	-4.897	-27.289	-2.547	2.696	-2.401	-1.614	-71	1.296	-1.655	-1.386
1o Semestre 2011	-2.547	2.696	-2.401	-1.614	-71	1.296	-1.655	-1.386	-18.845	4.586
2o Semestre 2011	-2.401	-1.614	-71	1.296	-1.655	-1.386	-18.845	4.586	-22.381	6.481
1o Semestre 2012	-71	1.296	-1.655	-1.386	-18.845	4.586	-22.381	6.481	-290	-12.796
2o Semestre 2012	-1.655	-1.386	-18.845	4.586	-22.381	6.481	-290	-12.796	-3.251	-14.874
1o Semestre 2013	-18.845	4.586	-22.381	6.481	-290	-12.796	-3.251	-14.874	-7.121	-3.569
2o Semestre 2013	-22.381	6.481	-290	-12.796	-3.251	-14.874	-7.121	-3.569	-8.919	29.883
1o Semestre 2014	-290	-12.796	-3.251	-14.874	-7.121	-3.569	-8.919	29.883		
2o Semestre 2014	-3.251	-14.874	-7.121	-3.569	-8.919	29.883				
1o Semestre 2015	-7.121	-3.569	-8.919	29.883						
2o Semestre 2015	-8.919	29.883								
2o Semestre 2010	-1.977	16.190	-58	31.112	-58	24.533	-684	127.901	-1.829	260.524
1o Semestre 2011	-58	31.112	-58	24.533	-684	127.901	-1.829	260.524	-49.450	118.512
2o Semestre 2011	-58	24.533	-684	127.901	-1.829	260.524	-49.450	118.512	-93.671	104.687
1o Semestre 2012	-684	127.901	-1.829	260.524	-49.450	118.512	-93.671	104.687	-32.989	125.630
2o Semestre 2012	-1.829	260.524	-49.450	118.512	-93.671	104.687	-32.989	125.630	-99.287	84.967
1o Semestre 2013	-49.450	118.512	-93.671	104.687	-32.989	125.630	-99.287	84.967	-86.480	71.506
2o Semestre 2013	-93.671	104.687	-32.989	125.630	-99.287	84.967	-86.480	71.506	-215.147	-123.648
1o Semestre 2014	-32.989	125.630	-99.287	84.967	-86.480	71.506	-215.147	-123.648		
2o Semestre 2014	-99.287	84.967	-86.480	71.506	-215.147	-123.648				
1o Semestre 2015	-86.480	71.506	-215.147	-123.648						
2o Semestre 2015	-215.147	-123.648								
2o Semestre 2010	-6.534	2.113	-21.861	-408	-48.615	61.120	-20.198	22.221	-39.561	15.971
1o Semestre 2011	-21.861	-408	-48.615	61.120	-20.198	22.221	-39.561	15.971	-40.147	11.073
2o Semestre 2011	-48.615	61.120	-20.198	22.221	-39.561	15.971	-40.147	11.073	-55.212	22.424
1o Semestre 2012	-20.198	22.221	-39.561	15.971	-40.147	11.073	-55.212	22.424	-30.429	11.273
2o Semestre 2012	-39.561	15.971	-40.147	11.073	-55.212	22.424	-30.429	11.273	-59.839	-4.521
1o Semestre 2013	-40.147	11.073	-55.212	22.424	-30.429	11.273	-59.839	-4.521	-41.418	75.248
2o Semestre 2013	-55.212	22.424	-30.429	11.273	-59.839	-4.521	-41.418	75.248	-67.320	-576
1o Semestre 2014	-30.429	11.273	-59.839	-4.521	-41.418	75.248	-67.320	-576		
2o Semestre 2014	-59.839	-4.521	-41.418	75.248	-67.320	-576				
1o Semestre 2015	-41.418	75.248	-67.320	-576						
2o Semestre 2015	-67.320	-576								
2o Semestre 2010	-4.093	97.294	-5.327	37.219	-7.088	55.862	-1.326	4.162	-2.236	-1.244

	<u>t(0) - DFC</u>	<u>t(0) - D Saldo</u>	<u>t(1) - DFC</u>	<u>t(1) - D Saldo</u>	<u>t(2) - DFC</u>	<u>t(2) - D Saldo</u>	<u>t(3) - DFC</u>	<u>t(3) - D Saldo</u>	<u>t(4) - DFC</u>	<u>t(4) - D Saldo</u>
1o Semestre 2011	-5.327	37.219	-7.088	55.862	-1.326	4.162	-2.236	-1.244	-4.933	-3.500
2o Semestre 2011	-7.088	55.862	-1.326	4.162	-2.236	-1.244	-4.933	-3.500	-1.495	2.374
1o Semestre 2012	-1.326	4.162	-2.236	-1.244	-4.933	-3.500	-1.495	2.374	-4.261	31.020
2o Semestre 2012	-2.236	-1.244	-4.933	-3.500	-1.495	2.374	-4.261	31.020	-4.261	31.020
1o Semestre 2013	-4.933	-3.500	-1.495	2.374	-4.261	31.020	-4.261	31.020	-18.264	-5.171
2o Semestre 2013	-1.495	2.374	-4.261	31.020	-4.261	31.020	-18.264	-5.171	-18.527	-5.211
1o Semestre 2014	-4.261	31.020	-4.261	31.020	-18.264	-5.171	-18.527	-5.211		
2o Semestre 2014	-4.261	31.020	-18.264	-5.171	-18.527	-5.211				
1o Semestre 2015	-18.264	-5.171	-18.527	-5.211						
2o Semestre 2015	-18.527	-5.211								

APÊNDICE C – COLETA DE DADOS EQUAÇÕES 5 E 6 (DESPESA COM PROVISÃO E RESULTADO OPERACIONAL)

	<u>t(0) - RESULT. OP.</u>	<u>t(1) - RESULT. OP.</u>	<u>t(2) - RESULT. OP.</u>	<u>t(3) - RESULT. OP.</u>	<u>t(4) - RESULT. OP.</u>	<u>t(0) - D Saldo</u>	<u>t(1) - D Saldo</u>	<u>t(2) - D Saldo</u>	<u>t(3) - D Saldo</u>	<u>t(4) - D Saldo</u>
2o Semestre 2010	10.198.030	10.227.849	8.278.918	8.276.068	8.950.704	-266.278	-145.160	121.660	89.348	341.606
1o Semestre 2011	10.227.849	8.278.918	8.276.068	8.950.704	6.425.497	-145.160	121.660	89.348	341.606	374.753
2o Semestre 2011	8.278.918	8.276.068	8.950.704	6.425.497	8.194.441	121.660	89.348	341.606	374.753	105.504
1o Semestre 2012	8.276.068	8.950.704	6.425.497	8.194.441	9.490.289	89.348	341.606	374.753	105.504	-466.159
2o Semestre 2012	8.950.704	6.425.497	8.194.441	9.490.289	8.343.699	341.606	374.753	105.504	-466.159	-224.499
1o Semestre 2013	6.425.497	8.194.441	9.490.289	8.343.699	7.883.308	374.753	105.504	-466.159	-224.499	-199.642
2o Semestre 2013	8.194.441	9.490.289	8.343.699	7.883.308	270.820	105.504	-466.159	-224.499	-199.642	-366.341
1o Semestre 2014	9.490.289	8.343.699	7.883.308	270.820		-466.159	-224.499	-199.642	-366.341	
2o Semestre 2014	8.343.699	7.883.308	270.820			-224.499	-199.642	-366.341		
1o Semestre 2015	7.883.308	270.820				-199.642	-366.341			
2o Semestre 2015	270.820					-366.341				
2o Semestre 2010	2.716.850	1.966.867	2.635.899	2.877.632	2.152.011	-187.488	54.007	519.377	293.958	-477.666

	t(0) - RESULT. OP.	t(1) - RESULT. OP.	t(2) - RESULT. OP.	t(3) - RESULT. OP.	t(4) - RESULT. OP.	t(0) - D Saldo	t(1) - D Saldo	t(2) - D Saldo	t(3) - D Saldo	t(4) - D Saldo
1o Semestre 2011	1.966.867	2.635.899	2.877.632	2.152.011	3.111.506	54.007	519.377	293.958	-477.666	298.358
2o Semestre 2011	2.635.899	2.877.632	2.152.011	3.111.506	2.083.516	519.377	293.958	-477.666	298.358	159.197
1o Semestre 2012	2.877.632	2.152.011	3.111.506	2.083.516	3.742.104	293.958	-477.666	298.358	159.197	124.849
2o Semestre 2012	2.152.011	3.111.506	2.083.516	3.742.104	2.892.774	-477.666	298.358	159.197	124.849	-374.772
1o Semestre 2013	3.111.506	2.083.516	3.742.104	2.892.774	1.436.213	298.358	159.197	124.849	-374.772	477.962
2o Semestre 2013	2.083.516	3.742.104	2.892.774	1.436.213	-280.388	159.197	124.849	-374.772	477.962	545.734
1o Semestre 2014	3.742.104	2.892.774	1.436.213	-280.388		124.849	-374.772	477.962	545.734	
2o Semestre 2014	2.892.774	1.436.213	-280.388			-374.772	477.962	545.734		
1o Semestre 2015	1.436.213	-280.388				477.962	545.734			
2o Semestre 2015	-280.388					545.734				
2o Semestre 2010	8.344.498	8.733.587	5.895.911	7.607.087	6.228.139	-37.602	146.924	588.124	111.242	69.169
1o Semestre 2011	8.733.587	5.895.911	7.607.087	6.228.139	7.719.318	146.924	588.124	111.242	69.169	-24.553
2o Semestre 2011	5.895.911	7.607.087	6.228.139	7.719.318	6.673.304	588.124	111.242	69.169	-24.553	65.688
1o Semestre 2012	7.607.087	6.228.139	7.719.318	6.673.304	12.655.821	111.242	69.169	-24.553	65.688	-65.576
2o Semestre 2012	6.228.139	7.719.318	6.673.304	12.655.821	8.397.717	69.169	-24.553	65.688	-65.576	265.618
1o Semestre 2013	7.719.318	6.673.304	12.655.821	8.397.717	9.367.405	-24.553	65.688	-65.576	265.618	789
2o Semestre 2013	6.673.304	12.655.821	8.397.717	9.367.405	9.625.427	65.688	-65.576	265.618	789	310.206
1o Semestre 2014	12.655.821	8.397.717	9.367.405	9.625.427		-65.576	265.618	789	310.206	
2o Semestre 2014	8.397.717	9.367.405	9.625.427			265.618	789	310.206		
1o Semestre 2015	9.367.405	9.625.427				789	310.206			
2o Semestre 2015	9.625.427					310.206				
2o Semestre 2010	8.108.771	8.028.361	5.485.167	6.355.950	5.918.588	824.677	85.752	-87.382	163.288	651.559
1o Semestre 2011	8.028.361	5.485.167	6.355.950	5.918.588	5.627.564	85.752	-87.382	163.288	651.559	93.941
2o Semestre 2011	5.485.167	6.355.950	5.918.588	5.627.564	9.458.999	-87.382	163.288	651.559	93.941	235.691
1o Semestre 2012	6.355.950	5.918.588	5.627.564	9.458.999	13.521.963	163.288	651.559	93.941	235.691	226.337
2o Semestre 2012	5.918.588	5.627.564	9.458.999	13.521.963	20.729.743	651.559	93.941	235.691	226.337	256.846
1o Semestre 2013	5.627.564	9.458.999	13.521.963	20.729.743	8.597.734	93.941	235.691	226.337	256.846	220.500
2o Semestre 2013	9.458.999	13.521.963	20.729.743	8.597.734	-3.237.246	235.691	226.337	256.846	220.500	314.590
1o Semestre 2014	13.521.963	20.729.743	8.597.734	-3.237.246		226.337	256.846	220.500	314.590	
2o Semestre 2014	20.729.743	8.597.734	-3.237.246			256.846	220.500	314.590		
1o Semestre 2015	8.597.734	-3.237.246				220.500	314.590			
2o Semestre 2015	-3.237.246					314.590				
2o Semestre 2010	5.943.672	2.927.824	19.442	1.057.374	1.526.177	-285.779	147.040	381.828	-617.169	-108.157
1o Semestre 2011	2.927.824	19.442	1.057.374	1.526.177	370.935	147.040	381.828	-617.169	-108.157	-628.740
2o Semestre 2011	19.442	1.057.374	1.526.177	370.935	33.664	381.828	-617.169	-108.157	-628.740	-43.842
1o Semestre 2012	1.057.374	1.526.177	370.935	33.664	2.877.649	-617.169	-108.157	-628.740	-43.842	74.854
2o Semestre 2012	1.526.177	370.935	33.664	2.877.649	-400.094	-108.157	-628.740	-43.842	74.854	-100.174
1o Semestre 2013	370.935	33.664	2.877.649	-400.094	4.525.482	-628.740	-43.842	74.854	-100.174	219.511
2o Semestre 2013	33.664	2.877.649	-400.094	4.525.482	-5.308.931	-43.842	74.854	-100.174	219.511	218.286
1o Semestre 2014	2.877.649	-400.094	4.525.482	-5.308.931		74.854	-100.174	219.511	218.286	
2o Semestre 2014	-400.094	4.525.482	-5.308.931			-100.174	219.511	218.286		
1o Semestre 2015	4.525.482	-5.308.931				219.511	218.286			
2o Semestre 2015	-5.308.931					218.286				

	t(0) - RESULT. OP.	t(1) - RESULT. OP.	t(2) - RESULT. OP.	t(3) - RESULT. OP.	t(4) - RESULT. OP.	t(0) - D Saldo	t(1) - D Saldo	t(2) - D Saldo	t(3) - D Saldo	t(4) - D Saldo
2o Semestre 2010	888.238	1.019.325	459.703	837.148	785.705	24.675	14.746	41.881	4.278	20.757
1o Semestre 2011	1.019.325	459.703	837.148	785.705	570.706	14.746	41.881	4.278	20.757	-1.673
2o Semestre 2011	459.703	837.148	785.705	570.706	-62.071	41.881	4.278	20.757	-1.673	-27.674
1o Semestre 2012	837.148	785.705	570.706	-62.071	115.729	4.278	20.757	-1.673	-27.674	31.689
2o Semestre 2012	785.705	570.706	-62.071	115.729	-1.258.176	20.757	-1.673	-27.674	31.689	114.996
1o Semestre 2013	570.706	-62.071	115.729	-1.258.176	-169.643	-1.673	-27.674	31.689	114.996	-3.148
2o Semestre 2013	-62.071	115.729	-1.258.176	-169.643	-1.633.939	-27.674	31.689	114.996	-3.148	-8.449
1o Semestre 2014	115.729	-1.258.176	-169.643	-1.633.939		31.689	114.996	-3.148	-8.449	
2o Semestre 2014	-1.258.176	-169.643	-1.633.939			114.996	-3.148	-8.449		
1o Semestre 2015	-169.643	-1.633.939				-3.148	-8.449			
2o Semestre 2015	-1.633.939					-8.449				
2o Semestre 2010	14.358.934	7.233.477	4.830.064	4.448.486	6.697.431	-27.289	2.696	-1.614	1.296	-1.386
1o Semestre 2011	7.233.477	4.830.064	4.448.486	6.697.431	5.415.699	2.696	-1.614	1.296	-1.386	4.586
2o Semestre 2011	4.830.064	4.448.486	6.697.431	5.415.699	6.778.979	-1.614	1.296	-1.386	4.586	6.481
1o Semestre 2012	4.448.486	6.697.431	5.415.699	6.778.979	8.058.917	1.296	-1.386	4.586	6.481	-12.796
2o Semestre 2012	6.697.431	5.415.699	6.778.979	8.058.917	5.167.226	-1.386	4.586	6.481	-12.796	-14.874
1o Semestre 2013	5.415.699	6.778.979	8.058.917	5.167.226	7.767.435	4.586	6.481	-12.796	-14.874	-3.569
2o Semestre 2013	6.778.979	8.058.917	5.167.226	7.767.435	2.000.919	6.481	-12.796	-14.874	-3.569	29.883
1o Semestre 2014	8.058.917	5.167.226	7.767.435	2.000.919		-12.796	-14.874	-3.569	29.883	
2o Semestre 2014	5.167.226	7.767.435	2.000.919			-14.874	-3.569	29.883		
1o Semestre 2015	7.767.435	2.000.919				-3.569	29.883			
2o Semestre 2015	2.000.919					29.883				
2o Semestre 2010	1.084.214	824.530	-1.164.069	-1.756.055	-1.345.025	16.190	31.112	24.533	127.901	260.524
1o Semestre 2011	824.530	-1.164.069	-1.756.055	-1.345.025	-840.947	31.112	24.533	127.901	260.524	118.512
2o Semestre 2011	-1.164.069	-1.756.055	-1.345.025	-840.947	-345.494	24.533	127.901	260.524	118.512	104.687
1o Semestre 2012	-1.756.055	-1.345.025	-840.947	-345.494	308.213	127.901	260.524	118.512	104.687	125.630
2o Semestre 2012	-1.345.025	-840.947	-345.494	308.213	132.823	260.524	118.512	104.687	125.630	84.967
1o Semestre 2013	-840.947	-345.494	308.213	132.823	347.705	118.512	104.687	125.630	84.967	71.506
2o Semestre 2013	-345.494	308.213	132.823	347.705	-592.031	104.687	125.630	84.967	71.506	-123.648
1o Semestre 2014	308.213	132.823	347.705	-592.031		125.630	84.967	71.506	-123.648	
2o Semestre 2014	132.823	347.705	-592.031			84.967	71.506	-123.648		
1o Semestre 2015	347.705	-592.031				71.506	-123.648			
2o Semestre 2015	-592.031					-123.648				
2o Semestre 2010	779.967	915.847	1.129.658	847.516	1.919.310	2.113	-408	61.120	22.221	15.971
1o Semestre 2011	915.847	1.129.658	847.516	1.919.310	850.452	-408	61.120	22.221	15.971	11.073
2o Semestre 2011	1.129.658	847.516	1.919.310	850.452	2.756.192	61.120	22.221	15.971	11.073	22.424
1o Semestre 2012	847.516	1.919.310	850.452	2.756.192	1.092.324	22.221	15.971	11.073	22.424	11.273
2o Semestre 2012	1.919.310	850.452	2.756.192	1.092.324	3.117.249	15.971	11.073	22.424	11.273	-4.521
1o Semestre 2013	850.452	2.756.192	1.092.324	3.117.249	947.348	11.073	22.424	11.273	-4.521	75.248
2o Semestre 2013	2.756.192	1.092.324	3.117.249	947.348	611.483	22.424	11.273	-4.521	75.248	-576
1o Semestre 2014	1.092.324	3.117.249	947.348	611.483		11.273	-4.521	75.248	-576	
2o Semestre 2014	3.117.249	947.348	611.483			-4.521	75.248	-576		
1o Semestre 2015	947.348	611.483				75.248	-576			

	t(0) - RESULT. OP.	t(1) - RESULT. OP.	t(2) - RESULT. OP.	t(3) - RESULT. OP.	t(4) - RESULT. OP.	t(0) - D Saldo	t(1) - D Saldo	t(2) - D Saldo	t(3) - D Saldo	t(4) - D Saldo
2o Semestre 2015	611.483					-576				
2o Semestre 2010	917.221	927.289	1.674.893	1.833.446	1.926.593	97.294	37.219	55.862	4.162	-1.244
1o Semestre 2011	927.289	1.674.893	1.833.446	1.926.593	1.853.810	37.219	55.862	4.162	-1.244	-3.500
2o Semestre 2011	1.674.893	1.833.446	1.926.593	1.853.810	1.924.963	55.862	4.162	-1.244	-3.500	2.374
1o Semestre 2012	1.833.446	1.926.593	1.853.810	1.924.963	2.854.836	4.162	-1.244	-3.500	2.374	31.020
2o Semestre 2012	1.926.593	1.853.810	1.924.963	2.854.836	1.054.835	-1.244	-3.500	2.374	31.020	31.020
1o Semestre 2013	1.853.810	1.924.963	2.854.836	1.054.835	784.401	-3.500	2.374	31.020	31.020	-5.171
2o Semestre 2013	1.924.963	2.854.836	1.054.835	784.401	316.085	2.374	31.020	31.020	-5.171	-5.211
1o Semestre 2014	2.854.836	1.054.835	784.401	316.085		31.020	31.020	-5.171	-5.211	
2o Semestre 2014	1.054.835	784.401	316.085			31.020	-5.171	-5.211		
1o Semestre 2015	784.401	316.085				-5.171	-5.211			
2o Semestre 2015	316.085					-5.211				